

## INTERSECCIONALIDADE DESFEITA:

### salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade<sup>1</sup>

Sirma Bilge\*

Tradução de Flávia Costa Cohim Silva\*\*

Revisão de Viviane Vergueiro\*\*\*

#### Resumo<sup>2</sup>

Este artigo identifica um conjunto de relações de poder dentro dos debates acadêmicos feministas contemporâneos sobre a interseccionalidade que trabalham para "despolitizar a interseccionalidade", neutralizando o potencial crítico da interseccionalidade para uma mudança orientada à justiça social. Num momento em que a interseccionalidade recebeu aclamação internacional sem precedentes nos círculos acadêmicos feministas, um feminismo acadêmico especificamente disciplinar, em sintonia com a economia do conhecimento neoliberal, se envolve com práticas argumentativas que a reenquadram e minam. Este artigo analisa várias tendências específicas de debate que neutralizam o potencial político da interseccionalidade, como o confinamento da interseccionalidade a um exercício acadêmico de contemplação metateórica, bem como um "branqueamento da interseccionalidade" através de afirmações de que a interseccionalidade é "a invenção do feminismo", e requer uma "genealogia mais ampla da interseccionalidade" reformulada.

**Palavras-Chave:** Interseccionalidade; Feminismo Acadêmico; Disciplinaridade; Neoliberalismo; Diversidade; Pós-Raça, Europa (Alemanha, França).

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer aos revisores anônimos por seus comentários úteis e perspicazes. Agradeço também aos editores desta edição especial, com uma menção especial a Barbara Tomlinson. Finalmente, agradeço vários colegas e amigos pelos generosos feedbacks que recebi em várias conferências (Paris 2011, Lancaster 2012, Lausanne 2012) onde eu apresentei versões anteriores desse artigo: Fatima Aït ben Lmadani, Philippe Allard, Paola Bacchetta, Kimberlé Crenshaw, Anne-Marie Fortier, Patricia Hill Collins, Nasima Moujoud, Jennifer Petzen e Julianne Pidduck.

\* Sirma Bilge, Ph.D., Professora Associada, Departamento de Sociologia, Universidade de Montreal, C.P. 6128, Succursale Centre-ville, H3C 3J7 Montreal (Qc)Canada. E-mail: [sirma.bilge@umontreal.ca](mailto:sirma.bilge@umontreal.ca).

\*\* Feminista, graduada em Direito pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNEIM-UFBA (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher). E-mail: [flavia.cohim@gmail.com](mailto:flavia.cohim@gmail.com).

\*\*\* Ativista transfeminista, doutoranda no PPGNEIM-UFBA (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), mestra em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/IHAC/UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Unicamp. E-mail: [msviviane@gmail.com](mailto:msviviane@gmail.com).

<sup>2</sup> Nota da tradução: o presente texto é uma tradução para a Língua Portuguesa do artigo "Intersectionality Undone", da autora feminista Sirma Bilge. Neste artigo, a autora trata das origens do conceito de Interseccionalidade, e também da apropriação de suas histórias pelo feminismo hegemônico no Norte Global, além de sua popularização despolitizada. Bilge recupera sua história e faz críticas a estas apropriação e despolitização. A autora tem outros trabalhos sobre o tema, incluindo o livro Intersectionality (Key concepts), em co-autoria com Patricia Hill Collins, feminista negra estadunidense, publicado em 2016 - livro também não traduzido ao português.

## Introdução

Este artigo identifica um conjunto de relações de poder dentro dos debates acadêmicos feministas contemporâneos sobre a interseccionalidade que trabalham para "despolitizar a interseção", neutralizando o potencial crítico da interseccionalidade para uma mudança orientada à justiça social. A motivação global por trás do artigo é explicar como a interseccionalidade - apesar de receber aclamação internacional sem precedentes nos círculos acadêmicos feministas - tem sido sistematicamente despolitizada. Procuo contrariar essa tendência incentivando métodos de debate que reconectem a interseccionalidade com sua visão inicial de gerar produção de conhecimento, ativismo, pedagogia, coalizões não opressivas contra-hegemônicas e transformadoras. Eu começo provendo duas anedotas que ilustram os funcionamentos complexos (ou ausências) da interseccionalidade na prática social, usando os movimentos Occupy e a Marcha das Vadias. Passo a examinar as práticas através das quais uma espécie de feminismo acadêmico disciplinar especificamente sintonizado com a economia do conhecimento neoliberal contribui para a despolitização da interseccionalidade. Eu analiso várias tendências específicas neste debate que trabalham para neutralizar o potencial político da interseccionalidade, como confinar a interseccionalidade a um exercício acadêmico de contemplação metateórica, bem como o "branqueamento da interseccionalidade" através de afirmações de que a interseccionalidade é "a criação do feminismo" e que requer uma "genealogia mais ampla da interseccionalidade" reformulada.

Os últimos anos têm visto vários movimentos com reivindicações por justiça social e democratização varrendo todo o mundo, desde os *Indignados* até a Primavera Árabe, o Movimento Occupy, a Marcha das Vadias (*SlutWalk*, em inglês) e o movimento estudantil transnacional. Por mais inspiradoras que sejam, essas políticas progressistas contemporâneas de protesto não escaparam dos problemas duradouros de legitimidade e representação, em particular as complexidades de falar sobre, para e ao invés de outros/as (Alcoff 1995).

Apesar de suas melhores intenções e reivindicações de inclusão e solidariedade, muitos ficaram aquém da reflexividade e da responsabilidade interseccional, e provocaram seus próprios tipos de silenciamento, exclusão ou má representação de grupos subordinados. Aqui eu me valho do movimento Occupy e da Marcha das Vadias para ilustrar a necessidade de reflexão constante sobre a interseccionalidade e as políticas de coalizão não opressivas.

O movimento Occupy tem sido desafiado por falta de consciência descolonial pelos povos aborígenes desde uma perspectiva anticolonialista e indígena-centrada. (Montano 2011; Yee 2011). Os críticos argumentam que seu lema - "Ocupe" - recria discursivamente a violência colonial e ignora o fato de que, do ponto de vista indígena, esses espaços e lugares cuja ocupação se incita já estão ocupados. A crítica aborígene desenvolveu um "descolonize o movimento Occupy", em que os povos indígenas ocupam o centro do palco. Apesar de ser muito menos divulgada, a crítica conseguiu mudar o nome do movimento Occupy pelo menos em algumas partes do mundo.

O movimento Marcha das Vadias<sup>3</sup>, organizado para protestar contra a culpabilização e humilhação das mulheres pelo uso de roupas que convidariam agressões sexuais, recebeu críticas por sua cegueira racial: falta de preocupação com a ressonância diferencial do termo "puta" para mulheres negras dos Estados Unidos. Os estereótipos de gênero historicamente sedimentados têm persistentemente patologizado a sexualidade de mulheres negras como imprópria e promíscua. Afastando-se da Marcha das Vadias, as organizações de mulheres negras afirmaram pungentemente que:

Como mulheres negras, não temos o privilégio ou o espaço para nos chamarmos de "puta" sem validar a ideologia já historicamente enraizada e as mensagens recorrentes sobre o que e quem é a mulher negra. Não temos o privilégio de jogar com representações destrutivas gravadas em nossa mente coletiva, em nossos corpos e almas por gerações (Black Women's Blueprint, 2011).

Essa demanda coletiva para renomear o movimento não foi bem sucedida. Por exemplo, durante uma Marcha das Vadias em Nova York em 1 de outubro de 2011,

estigma como muitas políticas minoritárias de protesto, a Marcha das Vadias reapropria e ressignifica o termo "vadia" e exorta as mulheres a protestar com um vestuário revelador. Os movimentos têm se espalhado rapidamente pelo norte e sul globais.

<sup>3</sup> O movimento Marcha das Vadias começou no Canadá em abril de 2011, depois que um agente da polícia de Toronto disse a um grupo de estudantes que as mulheres poderiam evitar ser agredidas sexualmente ao não se vestirem como umas "vadias". Ao inverter o

pelo menos duas jovens mulheres brancas foram fotografadas com cartazes dizendo: "A mulher é o cri\* do mundo" (referindo-se a uma música de John Lennon e Yoko Ono e usando o insulto racial completo<sup>4</sup>). Enquanto as organizadoras apresentaram uma desculpa por este incidente racista<sup>5</sup>, o incidente, no entanto, demonstra que mesmo os movimentos que se posicionam como progressivos ainda podem perder de vista as ferramentas que o pensamento interseccional disponibiliza (ver Bilge 2012; Carby 1982; Rich<sup>6</sup> 1979). Tais incidentes demonstram o argumento de Kimberlé Crenshaw (1993) de que "as estratégias políticas que desafiam apenas certas práticas de subordinação, mantendo as hierarquias existentes, não só marginalizam aqueles que estão sujeitos a múltiplos sistemas de subordinação, mas também resultam na colocação de discursos de raça e gênero em oposição entre si" (pp.112–113).

Estes exemplos ilustram que, apesar de suas reivindicações de inclusão, os movimentos progressivos podem falhar na consciência política interseccional. Essa falha traz um custo significativo para vários grupos subordinados, que são silenciados, excluídos, mal representados ou cooptados. No cenário político atual, a necessidade de uma práxis interseccional *radical* pode ser mais urgente do que nunca. A consciência política interseccional oferece um potencial crítico para a construção de coalizões políticas não opressivas entre vários movimentos orientados para a justiça social que agora competem uns com os outros, em vez de colaborar, sob o regime de equidade/diversidade neoliberal.

## Repensando a Interseccionalidade em um Tempo Saturado com a Cultura Neoliberal da Diversidade

Ideias sobre justiça social se infundem na vida cotidiana de maneiras complexas e contraditórias, através de discursos e práticas populares e corporativas (Ward 2007). Ao mesmo tempo, as estruturas subjacentes que produzem e sustentam desigualdades sociais são ignoradas e apagadas. Os discursos do senso comum assumem que as sociedades ocidentais já superaram em grande parte os problemas de racismo, sexismo e heterossexismo/homofobia. Mitos políticos dos "pós" (pós-racialidade, pós-feminismo) e fantasias de transcendência (Ahmed 2004) são defendidos pelas forças liberais e conservadoras. O resultado é um clima político e cultural contraditório, repleto de ideias (ideais) de igualdade, acompanhados por uma recusa inflexível de ver a persistência de desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, habilidade, e status de cidadania profundamente enraizadas. Enquadrando a vida social não como coletiva, mas como a interação de empreendedores sociais individuais, o neoliberalismo nega condições prévias que levam a desigualdades estruturais; em consequência, se felicita por dismantelar políticas e desacreditar movimentos preocupados com estruturas de injustiça. Assim, os pressupostos neoliberais criam as condições que fazem as concepções fundadoras da interseccionalidade – enquanto uma lente analítica e ferramenta política para promover uma agenda radical de justiça social – se tornarem diluídas, disciplinadas e desarticuladas.

Noções neoliberais penetrantes facilitaram que o feminismo se alterasse para um "pós-feminismo" de formas que se equiparam à atual despolitização da interseccionalidade. De acordo com Angela McRobbie

<sup>4</sup> Nota de tradução: As mencionadas duas mulheres levaram cartazes dizendo que as mulheres são os cri\* do mundo, as outras três levaram os cartazes com os dizeres completos. Nesta referência à música *Women are the N\* of the World*, traduzimos a expressão extremamente racista N\* para uma outra, iniciada por 'cri\*', do contexto racista brasileiro.

<sup>5</sup> Em sua resposta à indignação na sequência do incidente, as organizadoras declararam: "Marchas das Vadias em todo o mundo foram criticadas do ponto de vista anti-racistas desde a primeira caminhada. Concordamos com muitas dessas críticas e estamos atentas a elas em nossa organização. Reconhecemos que, sob a bandeira de Marcha das Vadias, colocamos a logística antes da política em muitos casos, e que isso foi uma falha. Mas agora, à

medida que avançamos, percebemos que não podemos cultivar uma identidade como uma coalizão sem defender todas as identidades que se cruzam de nossas organizadoras e participantes" (<http://slutwalknyc.tumblr.com/>, acessado em 15, Setembro, 2013). Para uma crítica da política racial da Marcha das Vadias, veja The Crunk Feminist Collective (2011).

<sup>6</sup> Outro exemplo de ineptidão é revelada por fotos de uma Marcha das Vadias em Berlim, em 15 de setembro de 2012, que mostram várias mulheres jovens brancas em preto e com tinta preta cobrindo seus corpos, deixando abrir apenas a área dos olhos para imitar o niqab. Outras mulheres vestiram o niqab dos ombros para cima, com seus torsos nus cobertos de tinta preta (Minh-Ha 2009).



(2009), "o pós-feminismo positivamente se inspira e invoca o feminismo como aquele que pode ser levado em consideração, sugerindo que a igualdade tenha sido alcançada, para instalar todo um repertório de novos significados que enfatizam que ele não é mais necessário, é uma força gasta" (p. 12). A interseccionalidade está passando por um "duplo emaranhamento" semelhante (p. 6), pois é "saudada" enquanto "falha" simultaneamente; alguns elementos da interseccionalidade são levados em conta, mas apenas para serem declarados caducos ou obsoletos, para serem substituídos por algo melhor. Certas linhas de debate feminista invocam e evacuam a interseccionalidade, assim como o pós-feminismo fez ao feminismo.

Este duplo emaranhamento serve para fins importantes à circulação das retóricas da diversidade por toda a academia, pelos movimentos sociais progressistas e pelas organizações sem fins lucrativos ou corporativas. A interseccionalidade, originalmente focada na produção de conhecimento transformador e contra-hegemônico e na política radical de justiça social, tem sido mercantilizada e colonizada para regimes neoliberais. Uma interseccionalidade despolitizada é particularmente útil para um neoliberalismo que reestrutura todos os valores como valores de mercado: as políticas radicais baseadas na identidade são muitas vezes transformadas em ferramentas corporativas de diversidade alavancadas por grupos dominantes para atingir vários objetivos ideológicos e institucionais (Ward 2007); uma série de lutas minoritárias é incorporada em uma governamentalidade de diversidade baseada no mercado e sancionada pelo Estado (Duggan 2003); "diversidade" torna-se uma característica da gestão neoliberal, fornecendo "preceitos gerenciais de um bom governo e operações comerciais eficientes" (Duggan 2003, p. xiii); o conhecimento da "diversidade" pode ser apresentado como uma experiência comercializável na compreensão e implantação de múltiplas formas de diferença simultaneamente - um desejável indicador de bom julgamento e profissionalismo (Ward 2007). Dada a gama de implementações disponíveis para isso, a interseccionalidade se tornou um termo "aberto", usado em diferentes, até divergentes, debates e projetos políticos, tanto contra-hegemônicos quanto hegemônicos (Erel et al., 2008).

As mutações da interseccionalidade e sua despolitização não se limitam apenas às lógicas econômicas do neoliberalismo, mas também às suas lógicas culturais, particularmente a capacidade do neoliberalismo de falar uma linguagem *complexa* de diversidade. Uma das principais características do neoliberalismo é a extensão da lógica econômica para além da esfera econômica, saturando todos os aspectos da vida. Como Oishik Sircar e Dipika Jain (2012) apontam com astúcia, o neoliberalismo alcançou habilidosamente três coisas para garantir sua longevidade robusta: "primeiro, permitiu a mutação do Estado em uma empresa; segundo, deu origem ao cidadão responsável e autônomo; terceiro, tem constantemente projetado experiências de precariedade humana e de risco como oportunidades de empreendedorismo/de desenvolvimento/financiamento" (pp. 11–12). Essas adaptações são infundidas com identidades e categorias sociais. Lisa Duggan (2003) argumenta que as alianças construídas por políticos neoliberais para ajudar o fluxo ascendente de dinheiro na hierarquia econômica são complexas, flexíveis e variáveis, mas os contextos de sua realização são sempre forjados por "significados e efeitos da raça, gênero, sexualidade e outros marcadores da diferença"(p.xiv). Em outras palavras, Duggan insiste,

essas alianças não são simplesmente oportunistas nem são questões meramente epifenômicas ou secundárias à realidade subjacente dos objetivos econômicos mais sólidos e reais. Em vez disso, os objetivos econômicos foram (dever ser) formulados *em termos da* variedade de significados políticos e culturais que moldam o corpo social em um determinado momento e lugar (p. xvi, *italico no original*).

A interseccionalidade foi transformada pela confluência entre a cultura de diversidade corporativa neoliberal e política de identidade nos últimos quinze anos, e também adquiriu inegável capital intelectual, político e moral (Knapp 2005; Ward 2007), que se revelou um terreno fértil para usos oportunistas de interseccionalidade, algo que apelidei como "interseccionalidade ornamental" (Bilge 2011, p. 3). Seria enganador considerar a interseccionalidade ornamental como benigna, pois é parte integrante da neutralização, e mesmo da desarticulação ativa, de políticas radicais de justiça social. O seu emprego superficial da interseccionalidade mina a credibilidade do conceito e seus potenciais para abordar estruturas de

poder interligadas e desenvolver uma ética da construção não opressiva de coalizões e da realização de reivindicações. Semelhantemente às declarações rotineiras de compromisso com a equidade e a diversidade, a interseccionalidade ornamental permite que instituições e indivíduos acumulem valor através de boas relações públicas e um “rebranding” [n. trad.: reformulação da marca, no inglês] sem a necessidade de abordar as estruturas subjacentes que produzem e sustentam a injustiça (Ahmed 2012; Luft and Ward, 2009). Reconstruindo-se em termos despolitizados, a interseccionalidade se torna uma ferramenta que certas estudiosas feministas podem invocar para demonstrar “conhecimentos comercializáveis” na gestão de tipos de diversidade potencialmente problemáticos.

Parte da minha tarefa neste artigo é responder a uma questão vital sobre a forma como uma interseccionalidade despolitizada é alcançada e “gerenciada” pelo feminismo acadêmico. Através de que tipo de práticas o feminismo acadêmico participa desse processo paradoxal de cooptação: invocando a interseccionalidade (ou um espectro de interseccionalidade) para que possa ser despojado de sua visão radical da justiça social - tornando-a politicamente neutralizada e desfeita? Discuto abaixo uma série de padrões e tendências argumentativas através das quais a interseccionalidade é deliberadamente neutralizada. As estratégias problemáticas que discuto não caracterizam os argumentos de *todos* os feminismos acadêmicos, mas são implantadas em uma espécie de saber que eu chamo de *feminismo disciplinar*. Por feminismo disciplinar, refiro-me a uma posição intelectual hegemônica em relação à produção do conhecimento, uma maneira de fazer “ciência” que se preocupa mais com a adequação aos parâmetros do que se constitui como conhecimento científico legítimo do que em desafiar esses parâmetros. Ele se esforça para instalar a disciplinaridade sobre o objeto de estudo, para ser reconhecido dentro de disciplinas tradicionais ou estabelecer-se como uma nova disciplina ou interdisciplina. Isso é diferente do impulso político inicial do feminismo acadêmico, que se concebeu como “meio para institucionalizar a resistência feminista às agências normalizadoras das disciplinas tradicionais” (Wiegman 2012, p. 71), e muitas feministas acadêmicas ainda se engajam em uma

crítica das disciplinas, tentam desafiar as práticas hegemônicas na produção acadêmica e na vida pública. O feminismo disciplinar, ao contrário, participa na (má) apropriação institucional e na despolitização de estudantes tanto em termos de interdisciplinaridade como de interseccionalidade.

O feminismo disciplinar parece estar mais preocupado com o sucesso institucional do conhecimento que produz do que com a mudança institucional e social através da produção de conhecimento contra-hegemônico. Assim, o feminismo disciplinar de hoje usa as próprias ferramentas que os projetos de conhecimento feminista indisciplinado da década de 1970 e início dos anos 80 tentaram criticar. Tratavam-se de projetos de conhecimento interseccional radicalmente políticos que resistiram às visões padronizadas e às técnicas de normalização promovidas em nome da disciplinaridade ou da interdisciplinaridade. Os estudiosos contemporâneos não podem evitar completamente as lógicas e práticas de mercado da universidade neoliberal; todos/as devemos, até certo ponto, lidar com as demandas neoliberais de criação de marcas, diferenciação de produtos e enfatizar a novidade. No entanto, isso não significa que somos obrigadas a abraçar o tipo de trabalho do que eu chamo de feminismo disciplinar, que combina conflitos e identidades políticos com nichos de mercado e contribui para a despolitização da interseccionalidade.

Mais amplamente, a diferenciação do feminismo acadêmico do feminismo disciplinar também destaca profundas contradições: as formações inicialmente insurgentes, de campos como os estudos de mulheres, estudos étnicos, estudos de gays e lésbicas e estudos pós-coloniais foram conduzidos em parte pelo desejo de perturbar convenções científicas e descolonizar metodologias e epistemologias; no entanto, suas críticas radicais são contidas por sua institucionalização e ideologias dominantes, já que as operações de estado e capital estão profundamente implicadas nos processos que permitem o surgimento de saberes minoritários contra-hegemônicos. Mesmo que contestem o poder, essas formações constantemente se esforçam para se tornar legíveis ao poder (Ferguson 2012, p. 38). A recomposição neoliberal dos alinhamentos de poder entre o estado, o capital e a academia subverte formas

sem precedentes de visibilidade minoritária, valorizando a diferença sem consequências, o reconhecimento sem redistribuição. As perspectivas minoritárias criadas por campos de pesquisa contra-hegemônicos podem então ser rearticuladas e incorporadas em uma hegemonia sempre adaptável sem alterar sua estrutura (Ferguson 2012, p.8; Bilge próximo).

O meu argumento não idealiza os estágios formativos da interseccionalidade como imunes ao funcionamento do capital e do estado. Stuart Hall argumenta que novas formas de poder econômico e cultural global funcionam através de um tratamento aparentemente paradoxal da diferença: "o poder econômico... vive culturalmente através da diferença e... está constantemente provocando os prazeres do outro transgressivo" (1997, pp. 180–181). Hall ressalta que, à medida que novos movimentos sociais desenvolveram e articularam reivindicações de justiça e identidades minoritárias com os seus projetos de saber contra-hegemônicos, as estratégias de acumulação flexíveis do capitalismo encontraram maneiras de transformar esses novos interesses por diferenças locais e minoritárias em novos nichos de mercado, promovendo mercados cada vez mais segmentados, grupos menores, nichos de estilos de vida e identidades. Roderick Ferguson (2012) argumenta que o processo introduziu uma afirmação minoritária de "uma nova e poderosa contradição na sociedade" (pp. 41–42): a afirmação de minorias que elabora críticas decisivas da autoridade hegemônica, também fornece, através de sua institucionalização, oportunidades sem precedentes para o exercício do poder hegemônico. Tanto a interseccionalidade quanto o feminismo estão ligados a essa contradição.

### **Interseccionalidade e Feminismo Acadêmico (Disciplinar)**

Nas últimas duas décadas, a interseccionalidade foi celebrada por estudiosos feministas em todo o mundo, recebendo elogios e apreciações especiais. É referida como a "melhor prática feminista" na academia (Weber e Parra-Medina, 2003, pp. 223–224); "a contribuição teórica mais importante dos estudos das mulheres e de gênero até o momento" (McCall 2005, p. 1771); um catalisador para "o ímpeto político do feminismo"

(Knapp 2005, p. 254); "um quadro mundialmente utilizado para a compreensão das questões da justiça social" (Yuval-Davis 2011, p. xi); "uma das quatro principais perspectivas do feminismo da terceira onda" (Mann and Huffman, 2005, p. 57); e "um princípio central do pensamento feminista [que] transformou a forma como o gênero é conceitualizado na pesquisa" (Shields 2008, p. 301). A interseccionalidade também é usada para afirmar a importância da contribuição do conhecimento feminista para disciplinas específicas, como evidenciado na apresentação da interseccionalidade como "contribuição do feminismo para a sociologia" (Denis 2008, p.677).

A popularidade constante da interseccionalidade – levando à sua desaprovação como um "jargão" – é evidenciada pelos significativos livros, artigos, simpósios e cursos sobre o tema. Essa atenção sem igual e a circulação internacional em grande escala também apresenta seu quinhão de problemas. Semelhante a outras "teorias viajantes" (ver Saïd, 1983) que se deslocam através de disciplinas e geografias, a interseccionalidade é vítima de amplas falsas representações, tokenização, deslocamento e desarticulação. Porque o conceito de interseccionalidade surgiu como uma ferramenta para combater múltiplas opressões, há múltiplas narrativas sobre suas origens, bem como tensões sobre a legibilidade de suas participações. Fazer a introdução de um produto de conhecimento em novos contextos implica em uma política de tradução e de "prefaciação", gerando seu próprio sistema de celebridades e hierarquias de status tanto localmente (no contexto da tradução) e internacionalmente. As hierarquias são criadas quando se estabelece quais textos são considerados fundacionais e incluídos no "cânone" traduzido; quem é convidado para grandes eventos científicos onde o novo produto do conhecimento é lançado e confrontado com conhecimentos locais; quem obtém o crédito por sua introdução; quem tem sua carreira beneficiada com isso; quem é incluído para fazer parte dos especialistas locais, quem fica de fora; quem é empoderado por esta introdução e quem não é. Assim, os debates sobre a interseccionalidade também refletem lutas de poder, estruturas de oportunidade e disputas territoriais internas em disciplinas e campos específicos.



Estas questões são particularmente relevantes no caso da interseccionalidade, uma vez que é uma teoria e uma práxis, uma ferramenta analítica e política elaborada por atores sociais menos poderosos que enfrentam múltiplas situações de minorização, para enfrentar e combater os sistemas interligados de poder que moldam suas vidas, através da produção de conhecimento teórico e empírico, bem como ativismo, *advocacy* e pedagogia (Thornton Dill and Zambrana, 2009). Dada a origem da interseccionalidade, é importante perguntar o que a introdução desta ferramenta particular faz para grupos semelhantemente subordinados no contexto local de sua introdução. Esses grupos e indivíduos são empoderados de alguma forma pela disponibilidade desta ferramenta? Ou eles são desempoderados porque a nova ferramenta é introduzida de forma a apagar seus próprios pensamentos e ativismo e seu próprio ponto de vista político moldado por múltiplos diferenciais de poder? Esses indivíduos e grupos estão envolvidos na introdução da interseccionalidade no contexto local? Eles estão entre os principais atores? Essas são questões significativas. A minha inquirição não é sobre as circulações mundiais de uma interseccionalidade limpa, excessivamente acadêmica e despolitizada *per se*, mas sobre que diferença a propagação de uma interseccionalidade despolitizada faz para grupos subordinados nas relações de poder incorporadas na produção do conhecimento.

Afirmo que o que, a princípio, parece ser uma recepção entusiasta da interseccionalidade é um reflexo significativo da necessidade do feminismo disciplinar de o conter, de neutralizar sua política. Para o feminismo disciplinar, "enfrentar" ou "assumir" a interseccionalidade serve para marginalizar aquelas pessoas que tentam reconectar a interseccionalidade com sua visão inicial, fundamentada nas subjetividades políticas e lutas de atores sociais menos poderosos que enfrentam múltiplas opressões entrelaçadas. Se o feminismo disciplinar estabelece o controle de uma interseccionalidade especificamente à custa de atores sociais menos poderosos, se a interseccionalidade é incorporada especificamente através da "curadoria" e benefício de estudiosas feministas brancas (ver Erel et al., 2008; Petzen 2012), o resultado é uma interseccionalidade despolitizada. Construir este argumento não é dizer que as feministas brancas devem

"se sair" e deixar a interseccionalidade para as feministas de cor que a tornarão transformadora e contra-hegemônica de novo. Não! É argumentar que as feministas disciplinares, sejam brancas ou de cor, deveriam parar de fazer interseccionalidade de maneiras a desfazê-la. Uma maneira de desfazer a interseccionalidade é transformá-la em um exercício excessivamente acadêmico de reflexões especulativas ou normativas.

### **Despolitizando a Interseccionalidade através de Reflexões Metateóricas**

Existe certa propensão nos saberes feministas europeus continentais sobre a interseccionalidade para discutir a interseccionalidade sem muita base empírica. Aqueles/as que estão familiarizados/as com as discussões sobre a interseccionalidade no contexto da América do Norte, em particular, percebem uma profusão de declarações, sentenças especulativas e prescritivas, que começam com "o que a interseccionalidade pode ou não "ser ou fazer", e "o que a interseccionalidade deve ou não deve ser". Essas reflexões falham em considerar o que a interseccionalidade realmente *faz* na pesquisa, o que os/as pesquisadores/as *fazem* com a interseccionalidade e com que tipos de resultados. Essa forte tendência corre o risco de limitar a interseccionalidade a um exercício contemplativo excessivamente acadêmico. Minha própria perplexidade é ecoada por Jennifer Petzen (2012), que expressa o espanto com o empenho com que os textos que ela analisou trabalharam para fazer reivindicações sobre as implicações teóricas da análise interseccional sem nunca aplicá-las empiricamente. Ela nota:

Em outras palavras, parece haver muita conversa sobre como fazer interseccionalidade e qual é a melhor maneira de teorizá-la, mas as formas através das quais ela foi tomada, e a atribuição de uma genealogia particular a ela fazem com que se pense em como a interseccionalidade tem realmente sido aplicada, e qual é a sua função real nos círculos acadêmicos (p. 295).

Os tipos de estratégias argumentativas que discuto neste artigo foram apresentados proeminente em uma importante conferência internacional, Celebrando a

Interseccionalidade? realizada em Frankfurt em 2009 (veja Lutz, Vivar e Supik 2011).<sup>7</sup> Os comentários de Kimberlé Crenshaw (2011) em resposta à conferência refletem algumas das prioridades e sensibilidades divergentes quando a interseccionalidade viaja de um contexto para o outro. Apontando que os organizadores da conferência e os participantes pareciam abordar a interseccionalidade com pressupostos, perguntas e expectativas que diferiam muitas delas, Crenshaw observa:

De fato, as respostas que eles antecipam – alguma articulação definitiva dos grandes objetivos, mecanismos e trajetórias da interseccionalidade – são bastante estranhas às minhas próprias sensibilidades quanto à interseccionalidade. A minha própria opinião sobre como conhecer a interseccionalidade é de se fazer interseccionalidade; para avaliar o que a interseccionalidade pode produzir é pesquisar o que os estudiosos, ativistas e elaboradores de políticas fizeram sob sua rubrica. Assim, o convite para medir e avaliar a interseccionalidade como teoria em abstrato não atraiu meu compromisso ao longo dos anos... Aprendi consistentemente mais com que os estudiosos e ativistas têm feito com interseccionalidade que como que outros especularam sobre o seu apelo (p. 222).

Eu argumento que a incidência generalizada de reflexões metateóricas serve para desfazer a interseccionalidade ao distrair de seu potencial como ferramenta para a justiça social.

### O Branqueamento da Interseccionalidade

Outra maneira em que a interseccionalidade é desfeita é através de padrões e tendências argumentativas que eu reúno sob a rubrica do *branqueamento da interseccionalidade*. Esses padrões todos participam no processo de anexação da interseccionalidade ao feminismo disciplinar e descentralizar o papel constitutivo da raça no pensamento e na práxis interseccional. Deve ser dada atenção crítica aos fundamentos raciais dessas estratégias argumentativas diante do discurso hegemônico de "pós-racialidade".

O que quero dizer com "branqueamento da interseccionalidade" não se refere à corporalidade, cor da pele ou ancestralidade de seus praticantes, nem tenta policiar os limites de quem pode legitimamente fazer

interseccionalidade e quem não pode. Se os/as estudiosos/as estão "branqueando a interseccionalidade", refere-se a formas de realizar trabalhos interseccionais na economia política de reenquadramentos genealógicos e temáticos, nas práticas de citação e na política da canonicidade. Também é dramaticamente evidente nas discussões sobre se a interseccionalidade deve ser vista como uma teoria ou como apenas um dispositivo heurístico, bem como nos chamados recorrentes para ampliar e elevar a interseccionalidade. Esses chamados requerem reflexão crítica porque eles ocorrem em um contexto que desvaloriza persistentemente o significado teórico da interseccionalidade quando produzido por feministas de cor - a suposição subjacente sendo de que a experiência estrutural da mulher racializada não pode gerar teoria, ela só pode ser entendida como uma categoria descritiva de experiência (Lewis 2009, Erel et al., 2008).

Assim, o branqueamento da interseccionalidade é conseguido em parte, excluindo do debate ou ignorando as contribuições daqueles/as que têm múltiplas identidades minoritárias e são atores/atrizes sociais marginalizados/as - mulheres de cor e pessoas queer de cor. Este problema é particularmente agudo na Europa (Erel et al., 2008; Gutiérrez Rodríguez 2010; Haritaworn 2012; Lewis 2009, 2013; Petzen 2012; Tomlinson 2013). Enquanto o branqueamento da interseccionalidade é produzido através de várias linhas de argumentação, foco aqui em duas: "a interseccionalidade é a criação do feminismo" e "precisamos ampliar a genealogia da interseccionalidade".

Eu analiso essas duas estratégias argumentativas desde uma tradição intelectual que desata a *branquitude* da cor da pele, fisiologia ou biologia e entende-a como: uma posição estruturalmente vantajosa (privilégio de raça); um ponto de vista (privilegiado) a partir do qual as pessoas brancas se veem, veem aos outros e à sociedade; e um conjunto de práticas culturais que são consideradas "não marcadas" - simplesmente não marcadas, somente se vistas da perspectiva da brancura normativa

<sup>7</sup> Argumentos sobre a conferência que aparecem ao longo deste artigo baseiam-se nos trabalhos de conferência co-editados (Lutz et al., 2011), outros relatos (Lewis 2009, 2013; Petzen 2012) e gravações de áudio de apresentações, em particular as de Helma

Lutz, Nina Lykke e Cornelia Klinger (<http://www.cgc.unifrankfurt.de/intersectionality/audio.shtml>, acessadas em 21 de agosto de 2012).



(Frankenberg 1993). A minha problematização do branqueamento da interseccionalidade baseia-se na compreensão da branquitude como uma formação social condicionada, reproduzida e legitimada por um habitus racial - *um habitus branco*. Eduardo Bonilla-Silva (2006) expande a noção de Bourdieu para desenvolver o conceito de habitus branco: "um processo de socialização racial e ininterrupto que condiciona e cria gestos, percepções, sentimentos e emoções raciais das pessoas brancas e seus pontos de vista sobre questões raciais" (p. 104). Essa concepção crítica é necessária para compreender e esmiuçar a agência normalizadora e o poder de autoridade da branquitude, como ela gera "normas, formas de compreender a história, formas de pensar sobre si mesma e os outros, e até maneiras de pensar sobre a noção de cultura em si" (Frankenberg 1993, p. 231). Embora as posições hegemônicas nunca sejam inteiramente estáveis, os modos hegemônicos "brancos" de saber e os privilégios "brancos" estão totalmente implicados nas lutas feministas quanto ao significado em relação à interseccionalidade e à tomada forçada da interseccionalidade realizada contra feministas de cor. Tal compreensão crítica da branquitude também explicita que branquitude e branqueamento são campos simbólicos. Para ser explícita: não é preciso ser branco para "branquear a interseccionalidade".

### **Estratégia Um: "A Interseccionalidade é a Criação do Feminismo"**

Uma das estratégias argumentativas mais significativas para o branqueamento da interseccionalidade é o aparecimento frequente da interseccionalidade como a "criação do feminismo". Reivindicar que o feminismo é responsável pela criação da interseccionalidade tornou-se uma prática feminista normativa, perfeitamente naturalizada e presumida, como evidenciado por uma infinidade de escritos, simpósios e programas de cursos em estudos feministas de interseccionalidade ou estudos interseccionais de gênero etc. Essa reformulação torna a interseccionalidade uma propriedade especificamente do feminismo e dos estudos de mulheres/de gênero, apagando as "origens interseccionais da interseccionalidade" (Luft and Ward, 2009, p. 19). Uma consequência séria dessa apropriação é que ela

minimiza a centralidade da raça no advento do pensamento e do ativismo interseccional, ao mesmo tempo em que obscurece as tensões formativas, tanto históricas como contemporâneas, entre o feminismo e as mulheres de cor na formação da interseccionalidade. A apropriação de uma interseccionalidade branqueada precisa ser combatida insistentemente enfatizando os laços constitutivos da interseccionalidade com o pensamento racial crítico e (re)clamando um status não negociável para raça e os processos de racialização na análise e na práxis interseccional. Recentrar a raça na interseccionalidade é vital, diante de práticas difundidas que descentram a raça em sintonia com o pensamento pós-racial hegemônico. Na verdade, a evitação crônica de raça nos debates feministas europeus sobre a interseccionalidade é grave. Barbara Tomlinson (2013) argumenta que descentralizar raça facilita a apropriação feminista dominante (branca) da interseccionalidade:

Muitos cientistas sociais e filósofos europeus preocupados com as concepções feministas de interseccionalidade parecem valorizar uma interseccionalidade "purificada", isolada de uma exposição à raça. Estabelecendo as estudiosas feministas negras que originaram a interseccionalidade como "indignas" - limitadas, "vinculadas à raça", incapazes de "teorizar" - justifica extrair delas a valiosa ferramenta da interseccionalidade (p. 13).

O entendimento de Petzen (2012) discute, em riqueza de insights, a importância de recentrar a raça no debate interseccional. Analisando o contexto alemão, Petzen argumenta que a prática de vincular a interseccionalidade aos estudos de gênero, ao invés de a críticas pós-coloniais ou antirracistas, coloca indevidamente o gênero como categoria de análise de primeiro plano. De acordo com Petzen(2012), esta política de localização

permite que o conceito de interseccionalidade se torne palatável, para departamentos de estudos de gênero e universidades dominados por pessoas brancas, e seja menos ameaçador, especialmente quando a "etnicidade" é substituída por "raça". Como tal, a crítica antirracista no trabalho europeu sobre a interseccionalidade tende a sofrer nas mãos de alguns/mas teóricos/as que tendem a favorecer os outros "eixos" interseccionais de gênero e classe, e recentemente, sexualidade brancos (p. 296).

O feminismo disciplinar europeu "branqueia a interseccionalidade", não só fazendo afirmações de direitos de propriedade sobre o conceito de interseccionalidade, mas também minimizando a importância da raça no pensamento interseccional - por exemplo, declarando a raça como uma categoria

irrelevante para a Europa. Isso reflete uma tendência dominante entre os/as estudiosos/as europeus/eias: descartar a raça como uma categoria analítica, e em vez disso, enquadrar os problemas através de categorias como etnia, cultura e religião. Na conferência de Frankfurt, *Celebrando a Interseccionalidade?* Como observou Lewis (2013), houve um debate ansioso sobre se a categoria de raça tinha alguma tração real em contextos europeus, fora da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Esses debates sobre a utilidade da categoria de raça revelam rejeições da raça, confiantes ainda que pouco teorizadas e empiricamente subexaminadas, que acabam por silenciar "aqueles/as que não podem evitar saber que são sujeitos racializados" (Lewis 2013, pp. 882–883).

Outra maneira de branquear a interseccionalidade e minimizar a importância da raça assume a forma de dispersão e difusão, que basicamente ignoram as suas origens no feminismo negro. Um exemplo comumente afirmado nas conferências feministas europeias é a implicação de que a interseccionalidade não se originou realmente no pensamento negro porque "ela estava no ar". Particularmente evidente nas gravações de áudio da conferência *Celebrando a Interseccionalidade?*, essa afirmação de que a interseccionalidade "estava no ar" baseia-se na noção tácita de que, se o pensamento interseccional surgiu de todos os lugares, se "tudo estava no ar", então não há nada especialmente racial ou étnico sobre o pensamento interseccional - ou talvez nós, como feministas, somos *todas* especiais, já que todas somos parte dessa nebulosa. Feita desde o início no discurso inaugural da conferência, ela foi mencionada com (audível) facilidade pelas palestrantes seguintes, cada uma referindo-se com um certo alívio aos seus empregos anteriores. O consenso feliz criado pela "reivindicação-de-que-tudo-estava-no-ar" precisa ser interrompido, pois ele causa várias questões problemáticas. Isso consolida a apropriação *feminista* da interseccionalidade: "tudo estava na efervescência interna do *feminismo*". Isso enfatiza a posição de que "as feministas [têm] teorizam[do] interseccionalidade desde muitas perspectivas" (Lykke 2010, p. 78), reduzindo assim o pensamento feminista negro e as epistemologias de mulheres de cor que geraram a interseccionalidade simplesmente para "outra perspectiva".

É plausível assumir que essas afirmações sobre a interseccionalidade não terem uma fonte clara – tendo sido emitidas quase simultaneamente de qualquer lugar – são influenciadas por uma análise de poder foucaultiana, que é ironicamente distorcida e mal representada nestas reivindicações. De fato, Michel Foucault (1980) conceituou o poder como "algo que circula, ou como algo que só funciona na forma de uma cadeia... empregada e exercida através de uma organização similar a uma rede" (p. 98). Foucault não estava disposto a identificar um princípio de dominação ou uma fonte primária de poder, ou um sujeito ou um grupo de sujeitos que estavam sempre enquanto origem do poder. Mas esta posição não sanciona (ou permite) uma evacuação das relações de poder em jogo na própria tarefa de consolidar o que conta como o conhecimento legítimo sobre as origens da interseccionalidade.

De fato, ao conceber o poder como um sistema de relações dispersas em toda a sociedade, e não como um conjunto de relações entre aqueles que "tem" (opressores) e aqueles que não o "tem" (oprimidos), Foucault (1990) também insiste que poder "é o nome que se atribui a uma situação estratégica complexa em uma sociedade particular" (p. 93) e pode ser exercido de um lugar inesperado. Assim, ao dispersar os impulsos generativos da interseccionalidade "no ar", o feminismo disciplinar não só estabelece reivindicações de propriedade da interseccionalidade, mas também acoberta convenientemente sua própria situação estratégica e, eu acrescentaria, seu privilégio racial (branquitude) nas lutas pelo significado que se desenrola entre estudiosas feministas e ativistas. Como observa Lewis (2013), "os estudos feministas de interseccionalidade tendem a ignorar a dinâmica racializada muitas vezes apagada que surge nas esferas feministas", mesmo quando estes grupos estão comprometidos a aprofundar o saber interseccional acadêmico e a ampliar sua força e influência políticas" (p.830). Ela acrescenta,

É profundamente paradoxal, então, que esta crescente arena da pesquisa feminista também tenha redirecionado a atenção para longe da dinâmica relacional que surge entre diversos grupos de feministas e estudiosas de mulheres em encontros feministas... Esta investigação negligenciou alguns dos problemas de desigualdade e subjetividades diferenciadas constituídas em matrizes

interseccionais à medida que se desenrolam no espaço da infraestrutura feminista (p. 830).

A inexistência das afirmações de que "estava no ar" feitas por várias feministas europeias e, em particular, alemãs, torna-se manifestamente óbvia quando colocamos nosso olhar em outras evidências sobre a conceitualização da raça e do gênero em contextos alemães anteriores. Por exemplo, reivindicações de que tudo o que fosse necessário para a articulação do pensamento interseccional já estava "no ar" provam ser fictícias à luz dos depoimentos ouvidos no inspirador filme de Dagmar Schultz sobre os anos berlinenses de Audre Lorde (Schultz 2012). Este testemunho revela que, na década de 1980, não havia posição de fala para um alemão negro, na qualidade de alemão negro, nenhuma legibilidade para uma articulação de uma hibridação afro-alemã. O desenvolvimento de tal possibilidade interseccional emergiu explicitamente do encontro pessoal e intelectual entre Lorde e várias/os alemãs/es de cor que se esforçavam no sentido dessa articulação. Isto é estabelecido no trabalho histórico de Katharina Oguntoye e seus colegas sobre mulheres afro-alemãs, e também destacado pela própria Lorde em seu prefácio a esse volume. Nas palavras das autoras, citadas por Karin Obermeier (1989, p.173):

Juntamente com Audre Lorde, desenvolvemos o termo 'Afro-Germânico', inspirado em 'Afro-Americano', como expressão de nossa herança cultural. Não [é] e não pode ser nossa intenção... criar barreiras de acordo com herança ou cor da pele... Pelo contrário, queremos promover o termo 'afro-alemão' contra rótulos tão convenientes como 'mestiços', 'mulatos, ou 'coloridos' - isto, como uma tentativa de definir a nós mesmos, em vez de sermos (externamente) categorizados/as (Oguntoye et al., 1986, p. 10).

Se a interseccionalidade já estivesse "no ar", o papel desempenhado por Audre Lorde teria sido muito menos significativo na articulação inicial do pensamento afro-germânico. Quando, durante o mesmo período, um grupo lésbico afro-holandês decide se nomear "Sister Outsider", não foi uma marca de paixão pela cultura afro-americana, mas um movimento para reconhecer a busca de inspiração e modelos para articular aquilo que estava desarticulado e indizível no contexto local – especificamente, *não* estava "no ar".

### **Estratégia Dois: "Devemos Ampliar a Genealogia da Interseccionalidade"**

O imperativo de *ampliar a genealogia da interseccionalidade* é um tema recorrente nas conferências e publicações feministas europeias. Essas chamadas não podem ser entendidas fora do contexto dos circuitos globais de produção e disseminação do conhecimento em que "as desigualdades de oportunidade e reconhecimento ligadas a estruturas de raça, classe e gênero permanecem, as questões de ascendência também permanecem fundamentais para a política de produção do conhecimento" (Lewis, 2013, p. 872).

O apelo para o alargamento da genealogia da interseccionalidade foi um tema notável na conferência de Frankfurt de 2009, Celebrando Interseccionalidade? Apelos semelhantes se desenrolaram de forma diferente, mas com intensidade semelhante em uma grande conferência feminista de língua francesa realizada em Lausanne em 2012. O tema unificador foi Entrelaçamento de Relações de Poder: Discriminações e Privilégios de Gênero, Raça, Classe e Sexualidade<sup>8</sup>. Nesta conferência, os argumentos para ampliar a genealogia da interseccionalidade também enfatizaram o desejo relacionado pelo "devido reconhecimento" do pensamento feminista francês (tanto as vertentes materialista quanto a socialista/marxista), que, segundo se argumentou, enfrentava as "mesmas questões" com diferentes ferramentas teóricas e conceituais. Há muito a dizer sobre esses apelos, mas dois pontos são especificamente reveladores. Em primeiro lugar, ele coopta a interseccionalidade (agora considerada valiosa) para reformular uma história de pensamento que não estava lidando com os "mesmos problemas", mas estava, em vez disso, focada no nexo de classe/gênero (ou, como as feministas materialistas francesas o chamaram, de "sexo social" ou "relações sociais de sexo"). A questão racial não se constituía como preocupação<sup>9</sup>. Em segundo lugar, os apelos foram emitidos por feministas disciplinares brancas,

<sup>8</sup> Minha tradução do título original: *Imbrication des rapports de pouvoir: discriminations et privilèges de genre, de race, de classe et de sexualité*, 30 de Agosto – 4 de Setembro, 2012, Lausanne.

<sup>9</sup> O trabalho de Colette Guillaumin (1995) seria a exceção a essa generalização sobre raça. No entanto, seu pensamento desenvolveu uma moldura analógica ("imbricação"), em vez de uma moldura de encaixe/interseção/entrelaçamento/co-extensão, seu trabalho



afirmando que elas têm sido "interseccionais" durante todo esse tempo. Ao insistir que suas próprias ferramentas – que colocam a raça de lado ou tornam-na opcional – devem ser consideradas tão válidas e valiosas como a interseccionalidade – que foi fundada desde um ponto de vista político inseparavelmente racializado, de gênero e de classe –, elas contribuem ativamente para a minimização da interseccionalidade como uma ferramenta a ser empregada com fins antirracistas. Todo o argumento gira em torno de relações raciais não reconhecidas: intelectuais que já são beneficiários/as de privilégios raciais, não conseguem reconhecer ou se responsabilizar por seus privilégios raciais e, de fato, perpetuam-nos.

O branqueamento da interseccionalidade através de "genealogias ampliadas" requer certas habilidades acrobáticas: implica equilibrar aquilo que é representado como *reconhecimento* ("honrar as mães fundadoras e os textos fundamentais"), ao mesmo tempo em que os *empurra para o fundo* para que outras mães (geralmente brancas) possam ser encontradas, ou que outras genealogias (geralmente brancas) possam ser traçadas. Em outras palavras, as tentativas de reformular genealogias são sempre políticas e nunca são inocentes. As/os organizadoras/es da conferência Celebrando Interseccionalidade? declararam sua tarefa como "olhar para as etapas iniciais do debate sobre a interseccionalidade com a intenção de visibilizar as pesquisas destes dias passados que geralmente são negligenciados no debate atual" (Lutz et al., 2011, p. 1). Tais movimentos aparentemente generosos estão sempre a serviço das estruturas contemporâneas do poder acadêmico. No contexto específico da enunciação nos debates sobre a interseccionalidade nos estudos de gênero alemães, o interesse em recuperar do passado os conhecimentos e seus/as produtores/as aparentemente subestimados não é equilibrado com a preocupação devida por aqueles/as subestimados/as no presente e para aqueles/as que *atualmente* estão sendo negligenciados/as e marginalizados/as dentro do mesmo campo. Reivindicar a recuperação do trabalho das/os menos poderosas/os pode servir simplesmente como um pretexto para inserir e amplificar as/os mais poderosas/os.

Esses esforços para ampliar a genealogia da interseccionalidade raramente levam à identificação de mulheres de cor recém redescobertas como precursoras ou pensadoras "implícitas" da interseccionalidade; em vez disso, intelectuais brancas como Alexandra Kollontai (Lykke 2011), Zillah Eisenstein e toda uma série de feministas socialistas são reembaladas como fundamentais para a interseccionalidade. Este gesto reduz e reformula seus trabalhos, valiosos de outra maneira, sobre o capitalismo e o patriarcado, servindo apenas para eclipsar o habitus racial na origem da inovação teórica da interseccionalidade (Luft e Ward, 2009). Isso não quer dizer que a interseccionalidade não deve estar relacionada, comparada e contrastada com outras formas de teorizar a complexidade do poder e as desigualdades estruturais. Pelo contrário, tais comparações e diálogos são parte integrante dos desenvolvimentos teóricos. Mas eles diferem drasticamente de movimentos questionáveis no sentido de listar um séquito impressionante de estudiosas feministas brancas, incluindo-se nomes célebres como Donna Haraway, Judith Butler, Iris Young, Rosi Braidotti etc., como colaboradoras-chave para a interseccionalidade que teriam sido ignoradas. É bastante desconcertante representar indevidamente essas estudiosas renomadas, como se sofressem uma falta de reconhecimento por suas contribuições hipotéticas para a interseccionalidade, como estudiosas que devem ser incluídas no "cânone" de interseccionalidade (Lykke 2010, pp. 72, 80, 81, 85; 2011, p. 213). É bastante perturbador que elas sejam todas brancas. A política de genealogia e canonicidade que agrega mais precursoras ou colaboradoras-chave feministas brancas para a interseccionalidade aniquila convenientemente o fato de que o ponto de vista político na raiz dessa teoria e epistemologia foi construído de forma *oposta* ao feminismo branco, não em conjunto com ele.

A aplicação de uma lente analítica interseccional a esses atos de recalibração ou deslocamento genealógico nos permite rastrear quem é empoderada/o e desempoderada/o através deles, que tipo de práticas de citação eles geram, com quais consequências, e quais estudiosas se tornam as operadoras decisivas para

---

considerando raça não foi proeminente na conferência - uma omissão que é em si mesma evidência eloquente de quão opcional é

a raça nos debates feministas atuais sobre a interseccionalidade (em particular, mas não exclusivamente na Europa).

legitimar o corpo do conhecimento considerado o cânone do campo - um conjunto de questões que apontam para o significado do branqueamento da interseccionalidade. Quando esses atos ocorrem em um contexto em que a categoria de raça é negada e indizível, como é em partes da Europa - um contexto que David Goldberg (2006) examina perspicazmente na sua conceitualização da *europização racial*<sup>10</sup> - suas implicações são sérias. Eles contribuem, talvez inconscientemente, para lançar feministas e pessoas queer europeus e europeias de cor "para fora da Europa como uma formação multinacional e, de fato, fora da comunidade de intelectuais feministas e teóricos/as que residem ou tomam a Europa como objeto de investigação" (Lewis 2013, p. 875).

Um crescente corpo de trabalho crítico em contextos como Alemanha e França demonstra que o feminismo disciplinar governa o campo do conhecimento contemporâneo da interseccionalidade através da invalidação do conhecimento produzido fora da academia ou subjugando-o como uma "matéria-prima pré-teórica" (Haritaworn 2012, p. 16), através do branqueamento da interseccionalidade e excluindo ou marginalizando intelectuais e ativistas pós-coloniais racializadas/os que são produtoras/es de conhecimento locais sobre interseccionalidade. Por exemplo, ao discutir a recepção da interseccionalidade na Alemanha pela rede do feminismo acadêmico (i.e., estudos de gênero), Umut Erel e suas colegas (2008) argumentam que as contribuições de mulheres de cor e mulheres migrantes para debates sobre interseccionalidade raramente são incluídas na produção acadêmica institucional. Na verdade, lendo o que é considerado o saber sobre interseccionalidade no contexto alemão cria a falsa impressão de que não existem intelectuais e ativistas racializadas/os, nem feministas e pessoas queers de cor antirracistas capazes de contribuir para essa literatura, enquanto na realidade essas/es atrizes/atores foram as/os primeiras/os a articular pensamento e práxis de interseccionalidade neste contexto (Erel et al., 2008; Gutiérrez Rodríguez 2010; Haritaworn 2012; Petzen 2012). O resultado de excluir e subjugar o conhecimento produzido por alemãs/es

racializadas/os da esfera acadêmica promove uma história falsa e cria o equívoco de que a interseccionalidade foi introduzida na Alemanha em 2005 por estudiosas feministas brancas alemãs (Petzen 2012) - um equívoco repetido e consolidado em subsequentes publicações. Por exemplo, em um artigo recente que busca mapear o atual debate sobre interseccionalidade em países de língua alemã, Ina Kerner (2012) discute *apenas* o trabalho das feministas brancas como estruturantes do campo. Esta postura parece refletir desprezo e negação profundas do feminismo hegemônico alemão e dos estudos de mulheres/de gênero no que diz respeito a debates e intervenções feitas por mulheres negras e mulheres migrantes, que já estavam argumentando no final da década de 1980 que suas vidas eram "moldadas por um confronto com uma complexa rede de múltiplas contradições" (Erel et al., 2008, p. 211).

Da mesma forma, Encarnación Gutiérrez Rodríguez (2010) chama a atenção para as elisões e os apagamentos não reconhecidos que fundamentam a entrada da interseccionalidade no contexto alemão, e enfatiza que as vozes marginalizadas articularam o pensamento local e o ativismo sobre interseccionalidade muito antes do feminismo disciplinar alemão. Importaneamente, ela identifica uma contradição do debate alemão sobre a interseccionalidade que "simula um interesse genuíno na compreensão da multidimensionalidade do gênero", ao mesmo tempo em que ignora os debates locais "liderados por feministas migrantes, exiladas, judias e negras, que já propuseram essa perspectiva na década de 1980 (p. 56). Ademais, o debate altamente acadêmico - desconectado das aplicações empíricas da interseccionalidade e de sua práxis política - que parece estar ocorrendo entre as/os estudiosas/os de gênero de língua alemã, raramente menciona sua própria posição e seu privilégio racial (Petzen 2012), deixando de seguir um princípio central da interseccionalidade - tratar do ponto de vista. Ignorando, assim, que o contra-discurso e a contra-memória que essas intelectuais e ativistas racializadas produzem manifestamente contribuem para transformar a interseccionalidade em um projeto de conhecimento

<sup>10</sup> Ver também Tomlinson (2013), para uma discussão convincente sobre esse contexto em relação ao saber europeu sobre interseccionalidade.

hegemônico. Neste contexto, não é coincidência que muitas dessas intelectuais racializadas que provêm uma visão das relações de poder e das dinâmicas raciais envolvidas na "introdução" da interseccionalidade aos estudos de gênero alemães vivem e trabalham fora da Alemanha (no Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Turquia, por exemplo).

Esta é uma ironia sombria: uma ferramenta elaborada por mulheres de cor para confrontar o racismo e o heterossexismo do feminismo dominado por brancas, bem como o sexismo e o heterossexismo dos movimentos antirracistas, torna-se, em outro momento e lugar, um campo de especialização predominantemente dominado por feministas disciplinares brancas que mantêm a raça e as mulheres racializadas distantes.

O enquadramento de grupos subordinados como incapazes de compreender e interpretar sua própria opressão e, conseqüentemente, articular suas próprias ferramentas de resistência, não é, claro, específico da Alemanha. Discursos semelhantes são encontrados em outros lugares da Europa, por exemplo, na França. Trabalhos recentes produzidos na França por intelectuais pós-coloniais e decoloniais como Fatima Ait Ben Lmadani e Nasima Moujoud (2012) e Houria Bouteldja (2013) indicam que forças e racionalidades similares estão em jogo. Intelectuais e ativistas pós-coloniais se esforçam para articular críticas cruciais do feminismo hegemônico, bem como outras disciplinas e campos que lidam com "questões minoritárias". Apesar da constante deslegitimação, elas/es argumentam que as configurações apresentadas como progressistas podem ser opressivas e discriminatórias para as/os estudosas/os racializadas/os. Estou em dívida com Nasima Moujoud por chamar minha atenção, em uma comunicação pessoal, a uma benevolência e paternalismo quase-coloniais que, em alguns casos, acompanha a tradução de textos feministas ou pós-coloniais negros no contexto francês: "mas estamos fazendo isso por você [Árabes, Negros/as] para que você possa ter as ferramentas para pensar, articular sua opressão." Este é um equívoco racista profundamente arraigado, mascarado como generosidade progressista e que esconde os benefícios de carreira que se acumulam para aquelas/es que dão este generoso presente. O que é dolorosamente irônico, no caso do branqueamento da

interseccionalidade, é que se trata da tradução/introdução do conhecimento feminista negro - que é construído a partir da criação de mulheres negras desde um ponto de vista (político) autodefinido em sua própria opressão (Collins 1989, pp. 746-747) - tornando-se o próprio local da negação da capacidade das mulheres francesas racializadas (em particular, as muçulmanas).

Em suma, há razões suficientes para abordar criticamente a política da "introdução" da interseccionalidade, incluindo as políticas de tradução, de "prefaciação", e assim por diante, em termos de seus efeitos de poder estruturais, culturais e disciplinares, e nos níveis interpessoais (Collins 2000, 2009) sobre os grupos subordinados representados como os principais beneficiários deste novo conhecimento.

## Conclusão

A entrada tardia da interseccionalidade na solene casa do feminismo disciplinar europeu catalisou lutas e hierarquias de poder existentes e gerou novas delas, destacando contradições que revelam problemas profundos na questão de raça no feminismo disciplinar acadêmico. Uma dessas contradições reside no desejo de reconhecer e restaurar o conhecimento subjogado do passado, ignorando as subjugações atuais. É importante enfatizar que corrigir a subjugação passada geralmente requer pouco mais do que o reconhecimento simbólico, enquanto que corrigir a subjugação presente implica a redistribuição do poder. No contexto europeu, onde a categoria de raça foi desarticulada e substituída por referências a etnia, cultura, religião e outras categorias, a atual racialidade parece estar além dos limites do que se pode pensar e dizer. "Raça" aponta apenas para um vazio. Nenhuma categoria está disponível "para nomear um conjunto de experiências que estão ligadas em sua produção ou pelo menos inflexão, historicamente e simbolicamente, de forma experiencial e política, a acordos e compromissos raciais" (Goldberg 2006, p. 335). Como resultado, negar a relevância da raça para entender e enfrentar os diferenciais de poder torna-se mais fácil do que fazer o mesmo com os eixos de poder



Outra contradição surge quando as ferramentas do pensamento interseccional são combinadas com a negação da raça. Uma linha de argumento interpreta a interseccionalidade como insistindo que "não existe tal coisa como uma opressão puramente racial/racista, que sempre está enredada com outras categorias, outros eixos de poder". Essa postura invalida o antirracismo baseado no fato de que ele seleciona a raça e a trata "de forma isolada"<sup>11</sup>. Obviamente, se está usando a interseccionalidade incorretamente para "ultrapassar" a opressão racial, descartando-a *porque* ela nunca está sozinha. Mas a interseccionalidade não implica uma aplicação universal (ou seja, indiferenciada e sem contexto) de uma regra estática, quase dogmática, a ser aplicada a todas as formas de conhecimento e organização política que lidam com a opressão. Pelo contrário, a implantação cuidadosa e consciente da interseccionalidade nos obriga a levar em consideração as disparidades sistêmicas na posição social. A crítica indígena ao movimento *Occupy* e a crítica à Marcha das Vadias por mulheres negras discutidas na introdução destacam as maneiras pelas quais algumas/ns podem usar uma injunção contra a interseccionalidade, a fim de criar situações de exclusão e invisibilidade. Aquelas/es que argumentam que não há necessidade de discutir sobre a opressão racial porque tal opressão nunca é "puramente" racial estão tratando a interseccionalidade na teoria como uma diretiva de aplicação universal, com o objetivo específico de suprimir a discussão da opressão racial. Tratar a interseccionalidade como uma regra universal disciplina e ainda deslegitima formas de conhecimento e organizações políticas minoritárias, que muitas vezes *tiveram* de priorizar (embora temporariamente e estrategicamente) abordagens de uma única questão.

Uma terceira contradição surge quando a complexidade analítica da interseccionalidade é tratada de forma simplista, em vez de uma ferramenta que não atende ao mesmo propósito em mãos diferentes. Uma forma que essa contradição toma é a de extrair a interseccionalidade do seu reconhecimento da teoria do

ponto de vista e a sua concomitante crítica de compreensões hegemônicas do conhecimento científico, distorcendo e deturpando a interseccionalidade como uma ferramenta analítica "objetiva" (veja Ait Ben Lmadani e Moujoud (2012) para uma discussão sobre isso em relação à academia francesa). Mas o pensamento interseccional cuidadoso deve sempre ter em conta diferentes significados, propósitos e públicos. Interseccionalidade não cria uma lista de compras de categorias que podem ser implantadas para encerrar a discussão de opressões específicas ("sim, a raça é importante, mas e sobre...?"). Esta interpretação da interseccionalidade como um imperativo de que todas as opressões sejam combatidas sempre juntas é uma estratégia usada para diluir a atenção dada ao racismo (Luft 2009), para servir de método de desvio, de afastamento da raça (Ahmed 2012). Sem sugerir que as questões "e o que diz respeito ao gênero/sexualidade/classe?" não sejam legítimas, Sara Ahmed acertadamente ressalta que "dado o quanto é difícil tratar de raça e racismo, essas questões podem ser usadas como uma forma de redirecionar a atenção. Em outras palavras, quando ouvir sobre raça e racismo é muito difícil, a interseccionalidade pode ser empregada como defesa contra ouvir" (p. 195, n. 18).

Para evitar um uso normativo e disciplinar da interseccionalidade, é necessário prestar atenção adequada às contingências históricas, contextos específicos e os propósitos de argumentos específicos. Pensar interseccionalmente sobre como a interseccionalidade é e deveria ser empregada requer considerar posições estruturais e diferenciais de poder. Aqueles que usam a interseccionalidade como um dispositivo universal a ser aplicado como uma regra invariável podem prejudicar o planejamento estratégico daquelas/es que usam interseccionalidade para contestar opressões concretas específicas. Pensar interseccionalmente inclui a possibilidade de que, em alguns casos, recuar da interseccionalidade funcione como estratégia de empoderamento para grupos subordinados, como evidenciado nas lutas do PIR -

<sup>11</sup> Essa tentativa de empregar interseccionalidade para desviar a atenção das opressões raciais é discutida pela ativista Houria Bouteldja (2013), uma das porta-vozes e fundadoras do Partido dos/as Indígenas da República (Parti des Indigènes de la République (PIR)), uma organização chave do movimento descolonial na França. Bouteldja observa que os estudiosos franceses usaram o

pensamento interseccional para se opor às agendas e prioridades das lutas políticas decoloniais. A interseccionalidade, no entanto, não tem nenhuma injunção "proibindo" a atenção estratégica a categorias particulares, por exemplo, priorizar uma abordagem prioritariamente racial em vez de assumir a interseccionalidade que exige que todas as opressões sejam abordadas simultaneamente.

Partido dos Povos Indígenas da República para articular a política descolonial na França (Bouteldja 2013), ou estratégias de intervenção/ensino para criar consciência nos grupos dominantes em relação aos privilégios naturalizados. Como argumenta Rachel Luft (2009), o afastar-se da interseccionalidade e utilizar estrategicamente abordagens apenas raciais pode ser necessário em nossos tempos "pós-raciais", nos estágios iniciais de intervenção e ensino destinados a encorajar os brancos a reconhecer seus privilégios raciais. A questão principal a ser feita neste processo é se esse recuo é desempoderador para outros grupos *subordinados* ou não, se isso melhora ou contribui de alguma forma à sua opressão? Se a resposta for sim, então devemos, como Samuel Beckett (1983, p. 7) disse, "Tente novamente. Falhe novamente. Falhe melhor." Se (mesmo vagamente) desempoderador para grupos dominantes sem desempoderar outros subalternos, talvez possamos considerá-lo uma estratégia provisoriamente bem-sucedida em seu contexto.

Para concluir, gostaria de sublinhar que a anexação da interseccionalidade pelo feminismo disciplinar não é de modo algum coincidente com a marginalização sistemática de intelectuais e ativistas racializadas/os nos debates contemporâneos e na produção de conhecimento sobre interseccionalidade. A reestruturação da interseccionalidade como uma criação do "feminismo", como um resultado dos debates internos do feminismo, efetivamente apaga uma oposição histórica a partir da qual surgiu a interseccionalidade: feministas de cor que confrontam o racismo no feminismo. Nesta interseccionalidade desarticulada e rearticulada, a raça também se torna opcional, abrindo caminho a opressões e marginalizações semelhantes, tomando lugar desta vez não dentro do feminismo, mas dentro dos estudos feministas sobre interseccionalidade.